



DECISÃO nº.: 178/2013 – COJUP
PROCESSO nº.: 78.164/2013-8
CONTRIBUINTE: **VICTOR DA CUNHA MATOSO**
INSCRIÇÃO nº.: 20.097.402-5
ENDEREÇO: BR 101, KM 02, s/n, Candelária – Natal/RN.

OCORRÊNCIA: Impugnação de indeferimento a opção pelo Simples Nacional. O contribuinte infringiu o disposto nos arts. 15, inciso XV, da Resolução 94/2011 do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, de 29 de novembro de 2011, e 150, incisos II, VII, VIII, XIII a XXI do Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado do Rio Grande do Norte – RICMS, resultando no indeferimento do pedido de opção pelo regime de pagamento simplificado de impostos – SIMPLES NACIONAL.

1 - O RELATÓRIO

De acordo com o Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional – ano de 2013, o contribuinte acima qualificado teve seu pedido de opção ao regime de pagamento simplificado de impostos indeferido em razão de pendências relacionadas as obrigações principal e acessória.

Em razão desse indeferimento o contribuinte apresentou impugnação no prazo legal alegando que as pendencias foram resolvidas no prazo.

Consta às fls. 08 e 09, informação da Coordenadoria de Fiscalização apontando, dentre outras, que o contribuinte “possuía pendências impeditivas de obrigação principal e acessória, as quais não foram regularizadas”, e que “o débito vencido e não recolhido até o último dia da opção pelo Simples Nacional é óbice ao ingresso da empresa no referido regime simplificado”, e se posiciona pelo indeferimento do pedido.

2 - MÉRITO

O presente processo trata de julgamento de um pedido de opção pelo regime de pagamento simplificado denominado SIMPLES NACIONAL.

O contribuinte impugnou tempestivamente o Termo de Indeferimento atendendo aos ditames do art. 191-F do Regulamento de Procedimentos e de Processo Administrativo Tributário – RPPAT.

Isnard Dubeux Dantas
Julgador Fiscal



O indeferimento da opção ocorreu, dentre outros, em razão do enquadramento do contribuinte nos termos do art. 15, inciso XV da Resolução 94/2011-CGSN.

O art. 15, inciso XV da Resolução 94/2011-CGSN assim dispõe, *verbis*:

"Art. 15. Não poderá recolher os tributos na forma do Simples Nacional a ME ou EPP: (Lei Complementar n.º 123, de 2006, art. 17, caput)

(...)

XV - que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa; (Lei Complementar n.º 123, de 2006, art. 17, inciso V)

(...)"

Em que pese a afirmação do contribuinte de que os débitos fiscais teriam sido regularizados a Coordenadoria de Fiscalização apurou que o contribuinte não regularizou as pendências até a data limite para a opção ao SIMPLES NACIONAL.

O relatório *Histórico da Situação Fiscal do Contribuinte*, em anexo, demonstra que a pendência relativa a divergência entre o valor das saídas declarado pelo contribuinte e o valor que foi informado pelas administradoras de cartão de crédito referente as operações realizadas no mês de outubro de 2012, somente foi regularizada em 1º de março de 2013, além disso, também foi observado divergência quanto ao valor das entradas informadas através da GIM e aquelas apontadas pelo relatório SINTEGRA, referentes ao mês de novembro de 2011.

Assim dispõe o art. 6º, §§1º e 2º, da Resolução nº. 94/2011-CGSN, *verbis*:

"Art. 6.º A opção pelo Simples Nacional dar-se-á por meio do Portal do Simples Nacional na internet, sendo irrevogável para todo o ano-calendário. (Lei Complementar n.º 123, de 2006, art. 16, caput)

§ 1.º A opção de que trata o caput deverá ser realizada no mês de janeiro, até seu último dia útil, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção, ressalvado o disposto no § 5.º. (Lei Complementar n.º 123, de 2006, art. 16, § 2.º)

§ 2.º Enquanto não vencido o prazo para solicitação da opção o contribuinte poderá: (Lei Complementar n.º 123, de 2006, art. 16, caput)

I - regularizar eventuais pendências impeditivas ao ingresso no Simples Nacional, sujeitando-se ao indeferimento da opção caso não as regularize até o término desse prazo;

(...)"

Assim, em decorrência da falta de comprovação da regularidade fiscal na data limite estabelecida no art. 6º, §1 da Resolução 94/2011-CGSN, conforme relatório *Histórico da Situação Fiscal do Contribuinte*, em anexo, configura-se a situação descrita no art. 15, inciso XV da mesma Resolução, razão pela qual mantenho o indeferimento da opção ao Simples Nacional.

Isnard Dubeux Dantas
Julgador Fiscal




3 – DECISÃO

Por todo o exposto, com fundamento no art. 15, inciso XV da Resolução 94/2011-CGSN, julgo **IMPROCEDENTE** o pedido de opção do contribuinte ao regime de pagamento simplificado de impostos.

Remeta-se o p.p a 1ª URT para que seja dada ciência ao contribuinte, além da adoção das providências previstas no art. 109, §4º, da mencionada Resolução.

Coordenadoria de Julgamento de Processos Fiscais – COJUP.

Natal, 15 de julho de 2013


Isnard Dubeux Dantas
Julgador Fiscal – mat. 8637-1